

Líderes definem pauta de votação

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O Congresso Nacional volta hoje às suas atividades normais, depois de um conturbado recesso parlamentar. Pela manhã, os líderes partidários vão se reunir com o primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), para discutir uma pauta de votações extensiva até as eleições. Apesar da retomada dos trabalhos, o Congresso deverá votar poucas matérias neste segundo semestre, na opinião de líderes partidários. Isso porque os parlamentares estarão lutando pela reeleição em seus estados até 3 de outubro próximo.

"É possível que a política salarial ocupe todo o tempo do Congresso até as eleições", opinou o líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco (PR). Ele se referiu à votação do voto pre-



Amaral Netto

sidencial ao projeto de lei que reinindexa os salários até a faixa de 10 mínimos, e da Medida Provisória 199, que concedeu o abono salarial. Além disso, Scalco acha possível apenas a votação, até as eleições, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Benefícios e Custeio da Previ-

dência que estão no Senado e já foram aprovados pela Câmara.

O líder do PSDB acha difícil, por exemplo, a votação dos 51 vetos que já estão em pauta no Congresso, até outubro. Para ele, também não deverão ser votados até lá projetos de lei antritruste e de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, matérias que estão sendo elaboradas pelo Executivo. "A única que eu acredito que se vote no Congresso, no segundo semestre, é a questão salarial", afirmou o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ). Para os dois líderes, apenas matérias muito importantes conseguirão retirar os parlamentares de seus estados, durante o período da campanha.

Também hoje, os líderes partidários vão procurar o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), para discutir a pauta dos próxi-

mos dois meses. Segundo adiantou o deputado Inocêncio Oliveira, o Congresso deverá funcionar, até outubro, em regime de esforços concentrados. Isso já é tradição em períodos eleitorais. Os parlamentares fixam dias de votação, no período, ficando dispensados do comparecimento à Câmara e ao Senado nos demais dias.

Por causa do pleito, vários parlamentares vão licenciar-se do Congresso, para dedicar-se integralmente à campanha. O senador José Rinha, por exemplo, candidato do PSDB ao governo do Paraná, já anunciou que se licenciará. Um jornal carioca publicou ontem que também o senador Nélson Carneiro pedirá licença da presidência do Senado, para poder dedicar-se à campanha. Ele é candidato ao governo do Rio pelo PMDB. Tudo isso deverá ser discutido nas reuniões marcadas para hoje.